

Bancos japoneses têm suspensão pagamento de juros pelo Brasil

Fontes bancárias japonesas disseram na sexta-feira que o Brasil prorrogou a suspensão provisória nos pagamentos de juros de sua dívida para com mais de vinte bancos japoneses até junho, enquanto um grupo de empresários exortava à criação de uma comissão internacional especial para superar o problema global da dívida.

O Brasil decidiu estender até junho um acordo provisório com os bancos japoneses, abrangendo um total de empréstimos estimado em US\$ 10 bilhões, que havia expirado no fim de março passado, segundo informaram à agência noticiosa AP/Dow Jones fontes próximas a um importante banco comercial japonês.

A decisão envolve a suspensão de pagamentos de juros de dívidas de médio e longo prazo que fazem parte do total de US\$ 103 bilhões da dívida brasileira perante cerca de 750 bancos nos Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão.

A suspensão provisória foi negociada com bancos japoneses em fevereiro. O Brasil suspendeu o pagamento do principal de seus empréstimos estrangeiros há quatro anos.

A área bancária japonesa não está praticamente alarmada com a decisão. "Tratou-se apenas de uma prorrogação de medidas interinas que já estavam em vigência", disse uma fonte, que se recusou a estimar o montante de dinheiro abrangido pela decisão.

O presidente José Sarney anunciou em fevereiro a suspensão dos pagamentos de juros sobre parte da dívida de US\$ 103 bilhões contraída com bancos privados, enquanto o País con-

tinuaria a efetuar pagamentos de juros aos organismos oficiais internacionais.

PROPOSTA

O Comitê para o Desenvolvimento Econômico do Japão propôs na sexta-feira um programa de seis pontos para fazer face ao problema da dívida externa do Brasil e de outros países em desenvolvimento.

O grupo é presidido pelo ex-presidente da Nissan Motor Co., Takashi Ishihara, e é composto por empresários categorizados do Japão.

Os principais pontos do programa incluem a criação de um comitê de cooperação internacional — composto de representantes dos principais países industriais, organizações internacionais e bancos comerciais para tratar da dívidas externas das nações devedoras até que pudessem ser alcançados acordos permanentes sobre a "reconstrução econômica".

Também recomendou a concessão de "empréstimos-ponte" para nações devedoras sob controle do comitê até a renegociação de planos de pagamento de longo alcance.

O comitê também exortou a uma maior cooperação entre o governo japonês e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a uma ampliação do fundo oficial utilizado pelo Export-Import Bank do Japão e ao fortalecimento do sistema de reserva para investidores estrangeiros para minimizar os riscos dos empréstimos para países em desenvolvimento.

(Ap/Dow Jones)